



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**305ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem do dia 07 de abril de 2022

(Realizada de forma híbrida)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 305ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Ambiente Virtual CNAS e Esplanada dos Ministérios - Bloco “F” Anexo, ala “A”, 1º andar, sala 108 - Brasília/DF.

Data: 07/04/2022

1 Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, de forma híbrida, realizou-se a 305ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da
3 Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e Representante do
4 Instituto EcoVida. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes:
5 Conselheiro Suplente Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania;
6 Conselheiro Suplente Henrique Gonçalves de Almeida, Representante do Ministério da Cidadania;
7 Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante do Ministério da Cidadania;
8 Conselheira Titular Daniella Cristina Jinkings Santana, Representante do Ministério da Cidadania;
9 Conselheira Titular Cássia Fernandes, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira
10 Titular Sheila Benjuino de Carvalho, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular
11 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado
12 da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Magali Pereira Costato Basile,
13 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
14 CONGEMAS; Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e
15 Representante do Instituto EcoVida; Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da
16 Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Suplente Telma Maria Viga de
17 Albuquerque, Representante da ABRA - Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Titular
18 Maria Aparecida do Amaral de Faria, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
19 Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos (as)
20 Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-CUT; Conselheira Suplente Vânia
21 Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro
22 Suplente Agostinho Soares Belo, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do
23 Brasil – CTB; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação
24 Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheiro Titular
25 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Titular Sílvia
26 Regina Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Suplente Andrea Perotti

27 Harrop, Representante da Cáritas Brasileira. **ABERTURA:** Verificado o quórum, a Vice-Presidente
28 Aldenora Gomes González iniciou a 305ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e
29 realizou a leitura da pauta, que estava composta pelos seguintes itens: 9h30 às 10h - Aprovação da
30 ata da 304ª Reunião Ordinária e da pauta da 305ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h -
31 Informes da Presidência/Secretaria Executiva, SNAS-MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
32 Conselheiros; 11h às 12h30 - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
33 Transferência de Renda; 14h às 16h - Discussão sobre a operacionalização do Benefício de
34 Prestação Continuada – BPC; 16h às 18h - Discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição
35 (PEC) 383/2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o
36 financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em seguida, colocou em processo
37 de aprovação a Ata da 304ª Reunião Ordinária, a qual foi considerada aprovada pela unanimidade
38 dos conselheiros presentes. Prosseguindo, colocou em apreciação da pauta da 305ª Reunião
39 Ordinária do CNAS, a qual também foi considerada aprovada pela unanimidade dos conselheiros
40 presentes. Dando continuidade, passou aos informes da Presidência/Secretaria Executiva,
41 solicitando à Secretária Executiva Substituta que realizasse a leitura dos informes. A Sra. Mirian da
42 Silva Queiroz iniciou os informes, relatando o Item 1. Ausências Justificadas: o Presidente Miguel
43 Ângelo Oliveira na Reunião Descentralizada e Ampliada, nos dias 5 e 6 de abril e na 305ª Reunião
44 Ordinária do CNAS no dia 7 de abril, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Ieda
45 Castro, na Reunião Descentralizada e Ampliada, nos dias 5 e 6 de abril e na 305ª Reunião Ordinária
46 do CNAS no dia 7 de abril, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Marta Volpi no dia
47 5 de abril, durante a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, devido a compromissos
48 assumidos anteriormente; o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal na Reunião Descentralizada e
49 Ampliada, nos dias 5 e 6 de abril e na 305ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 7 de abril, devido a
50 dificuldades com a *internet*; a Conselheira Edna Alegro na Reunião Descentralizada e Ampliada,
51 nos dias 5 e 6 de abril e na 305ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 7 de abril, devido a questões de
52 saúde na família; a Conselheira Aline Araújo na Reunião Descentralizada e Ampliada, nos dias 5 e
53 6 de abril e na 305ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 7 de abril; o Conselheiro Leandro de
54 Oliveira Nardi na Reunião Descentralizada e Ampliada, nos dias 5 e 6 de abril e na 305ª Reunião
55 Ordinária do CNAS no dia 7 de abril, devido a questões de saúde. Item 2. Convocação/Participação:
56 Conselheiras e Conselheiros da Presidência Ampliada e Titulares do Segmento dos Usuários foram
57 convocados para a Reunião Trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social

58 - CEAS e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal - CAS/DF no dia 7 de março de 9h30
59 as 18h; e para a 304ª Reunião Ordinária do CNAS nos dias 8 a 11 de março de 2022 das 9h30 às
60 18h, de forma presencial; Conselheiras e Conselheiros titulares e suplentes foram convocados/as
61 para a 304ª Reunião Ordinária do CNAS no período de 8 a 11 de março de 2022 das 9h30 às 18h,
62 de forma virtual; O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal foi convocado para representar o CNAS
63 na 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS, no dia 16 de março de
64 2022, com início às 9h30, de forma virtual – reunião adiada para o dia 20/04; Conselheiras e
65 Conselheiros titulares e suplentes foram convocados para a Reunião Descentralizada e Ampliada do
66 CNAS nos dias 5 e 6 de abril das 9h às 18 e para 305ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 7 de abril
67 das 9h30 às 18h de forma presencial em Brasília/DF. A convocação teve que ser retificada em
68 virtude da não aprovação das passagens, efetivando nova convocação para formato *online*;
69 Conselheiras e Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
70 Transferência de Renda foram convocados para participar da Reunião da Comissão, no dia 31 de
71 março de 2022, das 9h30 às 18h, de forma virtual; Conselheiros e Conselheiros membros da
72 Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social foram
73 convocados para participar da Reunião Conjunta das Comissões de Normas e de Política da
74 Assistência Social do CNAS, no dia 12 de abril de 2022, das 9h30 às 12h, de forma virtual; A
75 Conselheira Irene Rodrigues foi convocada para representante o CNAS na 54ª Reunião do Fórum
76 Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, nos dias 29, 30 e 31 de
77 março de 2022, realizada na cidade de Natal/RN, na Escola de Governo Estadual. Item 3. *E-mails*
78 enviados os conselheiros do CNAS: Projeto de Modernização do Cadastro Único para Programas
79 Sociais do Governo Federal, que comunica o desenvolvimento de mais um canal de atendimento
80 para as famílias em situação de vulnerabilidade no país, e convida o CNAS para participar de
81 reunião virtual de apresentação desse novo canal, no dia 30/03/2022 para todo Brasil - a reunião
82 ocorrerá no dia 23/03/2022 (quarta-feira), às 16h, em plataforma *online*; Convite para o segundo
83 encontro de capacitação com Tema “Programa Auxílio Brasil” promovido pelo FEUSUAS/SC;
84 Encaminhou lembrete sobre o encaminhamento do Pleno sobre o tema tratado na Reunião
85 Extraordinária de março, sobre a Revisão dos Atos Normativos referente ao Decreto nº
86 10.139/2019; Lançamento e divulgação do Guia Prático de Análise de Aumentos de Preços de
87 Produtos e Serviços; Informações sobre o cancelamento da Oficina 3 – RDA – Comissão de
88 Normas; Informação sobre processo de passagens para participação na Reunião Descentralizada e

89 Ampliada do CNAS nos dias 5 e 6 de abril e para 305ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 7 de
90 abril das 9h30 às 18h, e ainda para a reunião da Comissão Eleitoral – Equipe de Recursos. Item 4.
91 Resoluções, Decretos, Leis e Portarias publicadas no DOU: Ata da Reunião da Equipe de
92 Habilitação – Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2022/2024;
93 Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas
94 Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
95 Pauta da 305ª Reunião Ordinária do CNAS; Instrução Normativa nº 15/SEDS/SENARC/MC, de 30
96 de março de 2022, que trata sobre a suspensão temporária das ações de administração de benefícios
97 do Programa Auxílio Brasil em nível municipal. Item 5. CNAS Informa divulgado com o seguinte
98 título: Prorrogado prazo para Entidades e Organizações da Sociedade Civil entregaram
99 documentação anual; Resultado da habitação do Processo Eleitoral da Sociedade Civil no CNAS é
100 divulgado; Prazo para recurso encerra nesta sexta-feira; Reunião Descentralizada e Ampliada do
101 CNAS; Inscrição para a Reunião Descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social está
102 aberta. Item 6. Aniversariantes do mês de abril: Conselheiras Andréa Perotti e Daniella Jinkings –
103 dia 1º; Conselheiro José Miguel – dia 23; Conselheira Marta Volpi – dia 25; Conselheira Fabiane
104 Macedo – dia 26; e Conselheiro Carlos Nambu – dia 31 de março. Passando aos informes da
105 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, a Sra. Maria Yvelônia dos Santos Araújo
106 Barbosa, Secretária Nacional de Assistência Social, cumprimentou a todos e realizou a
107 autodescrição. Informou que, em continuidade às ações de apoio técnico não presenciais, a
108 Secretaria Nacional de Assistência Social realizou no mês de março/2022 as seguintes ações: a)
109 Encontro Nacional de Acolhimento Familiar nos dias 15 e 16 de março, no qual em seu primeiro dia
110 houve o lançamento do guia e cartilha interativa sobre Acolhimento Familiar e, no segundo dia,
111 tratou sobre as orientações práticas sobre como operacionalizar o serviço Família Acolhedora,
112 contando com palestras de diversos especialistas e depoimentos de famílias acolhedoras; b) última
113 *live* do Ciclo de Apresentação dos Resultados da Avaliação do Plano Nacional de Convivência
114 Familiar e Comunitária, no dia 17 de março; c) lançamento do primeiro vídeo da série Lei da
115 Escuta, apresentando a importância da Lei da Escuta para reduzir episódios de revitimização de
116 crianças e adolescentes atendidos pela rede socioassistencial no dia 23 de março; d) início, no dia
117 18 de março, dos Webinários sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previstos para o
118 ano de 2022. Seguindo para os informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo
119 Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social –

120 FONSEAS, realizou um cumprimento especial à Secretária Nacional, parabenizando pelo seu
121 aniversário. Relatou que o FONSEAS, em sua última reunião, criou um grupo de trabalho com
122 representantes do SUAS e do Cadastro Único com o objetivo de discutir e elaborar
123 encaminhamentos sobre temas importantes do SUAS. Comunicou sobre a elaboração da
124 Manifestação Conjunta FONSEAS e CONGEMAS sobre as implicações das alterações no Cadastro
125 Único, bem como o processo de implantação do Programa Auxílio Brasil. Prosseguindo os informes
126 do CONGEMAS, a Conselheira Magali Pereira Costato Basile, Representante do Colegiado
127 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, relatou que o
128 CONGEMAS está focando os seus esforços na realização dos encontros regionais, sendo que será
129 realizado o Encontro Regional Sul nos dias 26 e 27 de abril, em Novo Hamburgo/RS; Encontro
130 Regional Norte, nos dias 4 a 6 de maio, em Juazeiro do Norte/CE; Encontro Regional Centro-Oeste,
131 nos dias 10 e 11 de maio, em Campo Grande/MS; Encontro Regional Sudeste, nos 17 e 18 de maio,
132 Atibaia/SP; e Encontro Regional Norte, nos dias 26 e 27 de maio, em Manaus/AM. Destacou que o
133 Encontro Nacional será realizado nos dias 8 a 10 de junho. Informou que o Colegiado participou da
134 Reunião da Comissão de Orçamento e Financiamento da Assistência Social, realizada no dia 24 de
135 março, na qual foram apresentadas as dificuldades enfrentadas pelos municípios. Discorreu que o
136 CONGEMAS junto com a Fundação Maria Cecília Vidigal está incentivando a campanha que trata
137 do impacto da Covid-19 na primeira infância e relatou sobre a elaboração da Manifestação Conjunta
138 FONSEAS e CONGEMAS sobre as implicações das alterações no Cadastro Único, bem como o
139 processo de implantação do Programa Auxílio Brasil. Não havendo informes referente à
140 CIT/SUAS, abriu o momento para os informes dos conselheiros. A Conselheira Irene Rodrigues da
141 Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal -
142 CONFETAM-CUT, notificou que representou o CNAS na 54ª Reunião Ordinária do FONACEAS,
143 na qual se abordou, como principal tema, a disposição do Fórum em realizar uma parceria mais
144 próxima do CNAS. Acrescentou que também foi debatida a questão do financiamento e do Cadastro
145 Único. A Conselheira Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos
146 – FENAPSI, informou que o Fórum Nacional dos Trabalhadores realizará uma roda de conversa, no
147 dia 11 de abril, com as entidades para discussão sobre o controle social. A Vice-Presidente
148 Aldenora Gomes González comunicou que o Instituto EcoVida realizou diversas rodas de conversas
149 com as mulheres dos CRAS no mês de março e um trabalho com 17 quilombos do estado do Rio de
150 Janeiro, nos quais serão criados coletivos de usuários de benefícios da assistência social.

151 Acrescentou que também foi realizada atividade na comunidade do município de Santana/AP com
152 mulheres beneficiárias dos serviços da assistência social e visita ao Projeto “Flor da Samaúma” para
153 compreensão da bioeconomia. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização
154 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, discorreu que representou o CNAS no lançamento do
155 Programa “Ágora Brasil – Região Nordeste” no tema empregabilidade de pessoas cegas e com
156 baixa visão em São Pessoa/PB, nos dias 14 e 15 de março, no qual foi tratada a importância da
157 habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e do papel das entidades nesse sentido. A
158 Vice-Presidente Aldenora Gomes González agradeceu pelos informes e registrou o grande número
159 de usuários acompanhando essa reunião pelo *Youtube*, realizando a sua autodescrição. Passando ao
160 relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda,
161 realizada no dia 31 de março de 2022, a Conselheira Vânia Maria Machado indicou os conselheiros,
162 convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e relatou que foram debatidos
163 os seguintes itens de pauta: Item 1. Continuidade do debate sobre a revisão do Protocolo de Gestão
164 Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS, tendo como
165 perspectiva informações do CadÚnico. Encaminhamentos: a) Retomar a discussão do referido
166 protocolo na reunião da Comissão, dia 5 de maio, para avaliação das reais necessidades de revisão
167 do protocolo a partir das informações apresentadas pela SNAS, SECAD e SENARC durante as
168 reuniões da comissão, para posterior envio de posição do CNAS à Comissão Intergestores Tripartite
169 – CIT; b) Que as apresentações da SNAS e SECAD sejam socializadas para conhecimento de todos
170 os conselheiros do CNAS na pasta da reunião da CABTR no *link* do *google drive* da 305ª Reunião
171 Ordinária. Item 2. Outros assuntos: Ofício COEGEMAS/RS nº 024/2021, recebido no dia 28 de
172 dezembro de 2021, que encaminha a Nota Pública nº 01/2021 do COEGEMAS - AMESNE sobre os
173 encaminhamentos de benefícios previdenciários do INSS nos CRAS. Encaminhamentos: a) Que o
174 coordenador da CABTR, conselheiro Beto, leve à consideração da Presidência Ampliada a
175 possibilidade de convidar um representante do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência
176 Social - COEGEMAS/RS - AMESNE, bem como um representante do CEAS/PR para o Pleno do
177 CNAS no dia 7 de abril, no momento da presença do representante do INSS e da SNAS; b) Em não
178 havendo a possibilidade da presença desses representantes convidados na plenária, que o
179 coordenador da Comissão, Conselheiro Beto, possa apresentar ao INSS e à SNAS as dificuldades e
180 reivindicações constantes na Nota Pública nº 01/2021 do COEGEMAS/RS - AMESNE sobre os
181 encaminhamentos de benefícios previdenciários do INSS nos CRAS durante o debate no Pleno; c)

182 Que o CNAS encaminhe para conhecimento prévio do INSS as referidas demandas recebidas. Item
183 3. Informes: A Secretaria Executiva informou o status das confirmações dos expositores para a
184 Oficina 4: "O Cenário atual do CadÚnico no Brasil e a ampliação da proteção social" na Reunião
185 Descentralizada e Ampliada do CNAS de abril. Item 4. Definição da pauta e do principal ponto de
186 pauta para a reunião de 5 de maio/2022: Pauta: 4.1. Retomada a discussão do Protocolo de Gestão
187 Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS - avaliação das reais
188 necessidades de revisão do protocolo a partir das informações apresentadas pela SNAS, SECAD e
189 SENARC durante as reuniões da comissão e envio de posição do CNAS à Comissão Intergestores
190 Tripartite – CIT; 4.2. Apreciação do Mapa de deliberações da 12ª Conferência Nacional para
191 discussão, análise e preenchimento; 4.3. Outros assuntos; 4.4. Sugestão para nova gestão de temas
192 prioritários a serem pautados na Comissão. Principal ponto de pauta: Retomada a discussão do
193 Protocolo de Gestão Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS.
194 Não havendo comentários, o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
195 Transferência de Renda foi considerado aprovado pelos conselheiros presentes. Havendo tempo
196 hábil, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González sugeriu que o segundo item de pauta do período
197 da tarde fosse antecipado, uma vez que não há convidados. Acatada a sugestão, passou-se à
198 discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 383/2017, que altera a Constituição
199 Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência
200 Social (SUAS). O Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB,
201 realizou o relato da reunião sobre o financiamento e cofinanciamento do SUAS, com a participação
202 de representantes do CONGEMAS, FONSEAS, FONACEAS, Frente Nacional de Prefeitos e
203 DEFNAS. Elencou os participantes presentes e as principais manifestações realizadas, sendo que
204 foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) Tendo em vista a recomposição das comissões,
205 as reuniões referentes à Comissão de Financiamento e Orçamento serão adiadas devido a Comissão
206 de Seguridade Social e Família pautar sobre o acompanhamento da execução orçamentária; b) Em
207 relação à Proposta de Emenda à Constituição - PEC 383/2017, devido o avanço da mesma no
208 tramite do Congresso, não será viável a reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento com
209 os Deputados Danilo Cabral e André Figueiredo deliberado por esse Conselho Nacional de
210 Assistência Social. Realizou um preambulo, discorrendo que o controle social foi muito precavido
211 em suas proposta e deliberações. Recordou que a Comissão de Financiamento e Orçamento sugeriu
212 três linhas, as quais foram acatadas pelo Pleno do CNAS, a saber: estudo de possível proposta de

213 novo modelo de financiamento e cofinanciamento; recomposição do orçamento; e percentual fixo
214 para a assistência social. Saliou que nessa reunião houve unanimidade em relação ao percentual
215 fixo para a assistência social e também a recomposição do orçamento. Informou que será realizada
216 reunião com o novo Ministro de Estado da Cidadania e com Relator Deputado Hugo Leal referente
217 ao crédito suplementar para recomposição do orçamento. A Vice-Presidente Aldenora Gomes
218 González discorreu que é necessário compreender se aprovação da PEC retira ou não o controle
219 social. Abrindo para os debates, a Conselheira Magali Pereira Costato Basile alegou que o
220 CONGEMAS vem se empenhando muito para aprovação do PEC 383/2017, afirmando que a
221 garantia de 1% da Receita Líquida será de grande valia para que o SUAS possa sobreviver na ponta.
222 O Conselheiro Agostinho Soares Belo, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras
223 do Brasil – CTB, salientou que é a PEC é fundamental na medida em que vincula o orçamento,
224 porém, observou que não pode haver menor dúvida em relação às funções deliberativas dos
225 conselhos de assistência social. A Sra. Mirian da Silva Queiroz informou que a agenda com o
226 Ministro já foi solicitada e houve retorno do seu Gabinete no dia 23 de março, consultando sobre a
227 possibilidade do CNAS ser atendido por um representante do Ministro João Roma devido a sua
228 agenda lotada e impossibilidade de atendimento pessoalmente. Com relação ao Deputado Hugo
229 Leal, explanou que a agenda foi solicitada desde o dia 2 de março e até o momento não tiveram
230 resposta. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González relatou que continuam com a proposta de
231 agenda com o próprio ministro e o Conselheiro Carlos Nambu comentou que a Conselheira Marta
232 Volpi encaminhou um comparativo com as alterações da PEC, destacando que, em sua leitura, não
233 há a inclusão e nem exclusão do controle social. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González
234 sugeriu que o comparativo encaminhado seja enviado a todos os conselheiros via *e-mail*. A
235 Conselheira Irene Rodrigues da Silva reiterou que a agenda deve ser com o ministro, afirmando que
236 é fundamental receber o CNAS para diálogo. Externou a sua preocupação com relação ao que não
237 está escrito na PEC, ponderando que seria importante a elaboração de um parecer técnico jurídico.
238 O Conselheiro Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania, comentou que
239 alguns estudos realizados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento mostrou que os
240 municípios gastam 3% com a Função 08 e relatou que as vinculações existentes na educação e na
241 saúde também não mencionaram qualquer questão referente aos conselhos. A Conselheira Magali
242 Pereira Costato Basile concordou que a reunião deve ser realizada diretamente com o ministro dada
243 a importância do tema, sugerindo elaborar um ofício solicitando a sua visita ao CNAS. Explicou

244 que nenhum deputado conseguirá elaborar uma emenda constitucional revogando exclusivamente o
245 CNAS e afirmou que não consta mais nenhuma menção a conselho no substitutivo que deverá ser
246 apreciado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Definidos como encaminhamentos a
247 manutenção da agenda com o Ministro de Estado da Cidadania e com o Relator Deputado Hugo
248 Leal e envio do comparativo da PEC 838/2017 elaborado pela Conselheira Marta Volpi, a Vice-
249 Presidente Aldenora Gomes González informou que recebeu mensagem do Deputado Danilo Cabral
250 informando que a PEC será votada provavelmente em abril. Prosseguindo para a discussão sobre a
251 operacionalização do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a Sra. Késia Araújo, representante
252 do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, discorreu que o INSS possui o papel de
253 operacionalização do BPC, recebendo o requerente e fazendo os fluxos devidos até o recebimento
254 do benefício. Explicou que o INSS trabalha por espécie de benefício, sendo que o BPC possui duas
255 espécies: Espécie 87 voltada para pessoas com deficiência e a Espécie 88 voltada para pessoas
256 idosas. Informou que há aproximadamente 700.000 pessoas aguardando a análise do benefício,
257 sendo 564.939 referentes à Espécie 87 e 164.112 referentes à Espécie 88. Observou que o BPC
258 possui um peso significativo no estoque do INSS, o que reflete uma série de questões,
259 exemplificando os grandes gargalos enfrentados. Relatou que o Instituto tem instituído a avaliação
260 remota como uma estratégia, destacando que estão discutindo a possibilidade de realizar parcerias
261 com os CRAS, CREAS e a rede socioassistencial para atingir um maior número. Apresentou
262 algumas ações que estão sendo trabalhadas, sendo: trabalho em regime de hora extra de algumas
263 agências, formação de grupos de trabalho de análise dos benefícios, centralização da agenda para
264 um acompanhamento mais próximo e instituição de missões de trabalho. A Vice-Presidente
265 Aldenora Gomes González agradeceu pela explanação e destacou a importância da disponibilidade
266 de fazer a escuta, passando a palavra. O Sr. Ailton Nunes, representante do Instituto Nacional do
267 Seguro Social – INSS, destacou a questão da implementação da avaliação social médica e da
268 avaliação social remota que têm o objetivo de dá uma resposta mais rápida para o cidadão.
269 Explanou que o BPC já foi inserido em uma lógica de análise e concessão automática. Dando
270 sequência, o Sr. Francis Magalhães, representante do Departamento de Benefícios Assistenciais –
271 DBA/SNAS, discorreu que o DBA/SNAS acompanha de perto toda a evolução realizada junto ao
272 BPC. Comentou que há muitos requerentes do BPC Pessoa com Deficiência que tiveram as suas
273 avaliações sociais e médicas realizadas que ainda permanecem guardando a conclusão do
274 reconhecimento, já em relação ao BPC Pessoa Idosa o reconhecimento se dá de forma automática

275 quando se tem todas as informações por meio do cadastro. Relatou que, com a ampliação do direito,
276 o INSS ainda não teve tempo hábil para fazer a construção de automatização junto aos sistemas
277 utilizados para o reconhecimento do direito, exemplificando. Abrindo para os debates, o
278 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira questionou sobre a existência de dados em relação à avaliação
279 remota e quais os impactos dessa avaliação. Questionou também qual seria o peso do assistente
280 social comparado com a avaliação médica. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
281 discorreu que o INSS solicitou pauta na última reunião do CEAS/CE para discutir sobre uma
282 proposta de fortalecimento de canal de comunicação entre os usuários do BPC e a assistência social
283 e indagou quais são os resultados alcançados por meio das ações feitas pelo INSS. Salientou que o
284 diálogo entre o INSS e o CNAS deve ser permanente para dá continuidade às discussões. A
285 Conselheira Vânia Maria Machado questionou se o INSS teve ciência da demanda encaminhada ao
286 CNAS pelo CEAS/PR e pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social -
287 COEGEMAS/RS e, caso não tenha, sugeriu realizar a leitura da síntese dessa questão. A Sra. Késia
288 Araújo explicou que as espécies seguem fluxos distintos e esclareceu que foi realizado projeto
289 piloto em relação à avaliação remota, destacando que essa avaliação já está instituída e possui maior
290 incidência na região norte. Ponderou que o profissional poderá encaminhar o requerente para
291 avaliação presencial caso não seja possível realizar a avaliação remota e relatou que há uma
292 interdependência das avaliações sociais e médicas. Afirmou que a avaliação social é determinante
293 quando o resultado da perícia médica é moderado, visto que definirá o acesso ou não ao benefício.
294 Relatou que verificará o recebimento do documento mencionado, afirmando que desconhece a
295 demanda no momento. Realizada a leitura da Nota Pública nº 01/2021 do COEGEMAS/RS e do
296 Ofício 019/2022 CEAS/PR, a Sra. Késia Araújo explanou que perícia médica do BPC, hoje, pode
297 ser realizada antes da avaliação social, porém, o resultado será divulgado apenas após o final do
298 processo. Discorreu que o INSS retomou o atendimento presencial sem agendamento, mas registrou
299 que parte da categoria está em greve. Informou que o serviço de socialização de informações ainda
300 está suspenso devido à pandemia, destacando a importância desse serviço, inclusive, para diálogo
301 no campo da gestão. Reconheceu as dificuldades de acesso dos requerentes às informações quanto
302 às avaliações sociais, sendo que a alteração do processo de agendamento que passou a ser realizado
303 pelo próprio cidadão será uma medida efetiva para diminuir o que foi colocado pela nota
304 apresentada. O Sr. Ailton Nunes ponderou que o INSS passou por uma situação muito complicada
305 na pandemia e informou que foram publicadas duas portarias regulamentando o atendimento

306 presencial em fevereiro de 2022, explicando-as. Com relação à senha da Plataforma “Gov.br”,
307 esclareceu que o INSS é um cliente dessa plataforma e não possui gestão, sendo que as unidades já
308 estão utilizando o balcão do “Gov.br” para superar os problemas relacionados às senhas. O Sr.
309 Francis Magalhães parabenizou o INSS pela iniciativa da retomada do atendimento presencial e
310 esclareceu que a avaliação remota é uma possibilidade e não uma obrigatoriedade. Compreendeu
311 que é necessário buscar informações se o cenário colocado pela nota ainda permanece, uma vez que
312 foi elaborada em dezembro de 2021. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González compreendeu
313 que muitos dos pontos colocados pela nota ainda não foram superados especialmente na região
314 norte. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira compreendeu que apenas a avaliação remota não é
315 capaz de romper barreiras e salientou a importância da retomada do atendimento presencial.
316 Sugeriu, como encaminhamento, o reenvio da Nota Pública nº 01/2021 do COEGEMAS/RS e do
317 Ofício 019/2022 CEAS/PR ao INSS e o envio das respostas aos questionamentos realizados nos
318 documentos por *e-mail*. A Conselheira Vânia Maria Machado sugeriu também, como
319 encaminhamento, que o CNAS recomendasse aos CEAS realização de mapeamento junto aos
320 municípios do estado, para conhecer melhor o impacto da demanda previdenciária nos
321 equipamentos do CRAS, assim como o CEAS/PR. Acatados os encaminhamentos, os convidados
322 realizaram as suas manifestações finais de agradecimento. A Vice-Presidente Aldenora Gomes
323 González registrou as representações dos segmentos de usuários, de trabalhadores e de entidades
324 presentes na composição do CNAS para que tenham conhecimento do tamanho da capilaridade para
325 realização de parcerias com o INSS. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os itens de pauta, a Vice-
326 Presidente Aldenora Gomes González encerrou a 305ª Reunião Ordinária do CNAS com
327 agradecimentos a participação de todos.

328

329

330

331

332

Aldenora Gomes González

333 **Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - Presidente em exercício**

334

335

Abril de 2022